



## PROPOSTA N.º 867- P/2015

Considerando que:

1. Nos termos do n.º 1 do art.º 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art. 78º do Código do IRS;
2. A capacidade financeira do Município é condição essencial para que os investimentos em aplicações económicas e socialmente reprodutivas se continuem a realizar, com o objectivo de assegurar uma melhoria das condições de vida da população;

**Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:**

3. Ao abrigo do n.º 1 do art.º 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais, propor à Assembleia Municipal que delibere sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Sintra, relativamente aos rendimentos do ano 2016, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art. 78º do Código do IRS, de 4% para inclusão no Orçamento Municipal de 2017.

Paços do Concelho de Sintra, 22/10/15 de 2015

O Presidente

(Basilio Horta)

Reunião de

27 OUT. 2015

Docº Agendado com o

Nº EXT-23



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL

